CORREIO BRAZILIENSE

Publicado em 12/06/2024 - 05:56

PAC amplia verba de universidades. Lula cobra fim da greve

Presidente diz que, pelo "conjunto da obra", é injustificável a paralisação de professores e técnicos durar tanto. Chefe do Executivo anuncia R$ 5,5 bilhões do PAC para obras em unidades federais e R$ 400 milhões destinados à recomposição do orçamento de custeio

Lula critica greve: "Não há muita razão"

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou, ontem, o fim da greve na educação superior. Em reunião com reitores no Palácio do Planalto, onde anunciou novos aportes para o setor, o chefe do Executivo enfatizou não haver "muita razão" para que professores e servidores técnico-administrativos continuem parados. Também lembrou que foi dirigente sindical e que, quando defendeu o "tudo ou nada", acabou ficando sem nada em muitas negociações.

O recado ocorreu após o anúncio de R$ 5,5 bilhões do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para obras em unidades federais. Também foi divulgada uma recomposição de R$ 400 milhões para o orçamento de custeio das instituições federais, como manutenção dos prédios e financiamento de pesquisas científicas.

Professores e técnicos não foram convidados para o encontro no Planalto e organizaram um protesto na Praça dos Três Poderes simultâneo aos anúncios.

"A greve tem um tempo para começar e um tempo para terminar. A única coisa que não pode acontecer é que ela termine por inanição, porque as pessoas ficam desmoralizadas", declarou Lula, ao fim da solenidade. "Eu era dirigente sindical, eu nasci no tudo ou nada. É 100% ou é nada. Muitas vezes, eu fiquei com nada. E acho que, nesse caso da educação, se vocês analisarem o conjunto da obra, não há muita razão para essa greve durar o tempo que ela está durando", acrescentou.

O governo organizou o anúncio de mais recursos para a educação superior na esperança de pôr fim à greve nesta semana. A paralisação dura 60 dias, no caso dos professores, e quase 90 dias, dos servidores técnico-administrativos. Eles reclamam de que a gestão federal não acatou o pedido de reajuste ainda em 2024, apenas em 2025 e 2026. Já o Executivo insiste não ser possível fazer a recomposição neste ano e considera a proposta fechada. Os termos foram apresentados para os professores — e rejeitados pela maioria — e serão levados, hoje, aos técnicos, em encontro da mesa de negociações. São 9% de reajuste em 2025, e 5% em 2026.

Por sua vez, o ministro da Educação, Camilo Santana, disse não ver motivo para a greve desde o seu início. Ele argumentou que o governo sempre esteve disposto a negociar com as categorias e que a paralisação deveria ser o último recurso. "Este foi um governo que reabriu todas as mesas de negociação, com todas as categorias de servidores públicos do nosso país. Todas. Então, eu acho que a greve é quando não há mais diálogo, mais condições de debater e discutir", argumentou.

O ministro destacou, ainda, que a proposta apresentada pelo Executivo representa R$ 20 bilhões a mais no orçamento do Ministério da Educação e que, a depender do cargo, incluindo reajustes salariais e benefícios, a recomposição fica entre 23% e 43%.

Além do encontro de hoje com técnicos, o Ministério da Gestão marcou uma nova reunião, na quinta-feira, com os professores.

Com os anúncios, o orçamento para o custeio de 2024 chega a R$ 6,38 bilhões, ainda distante dos R$ 8,5 bilhões defendidos pela Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino (Andifes). O valor considera o orçamento de 2017, corrigido pela inflação. Desde então, o aporte federal para a educação superior sofreu sucessivos cortes.

No encontro, a reitora da Universidade de Brasília (UnB) e presidente da Andifes, Márcia Abrahão, insistiu para que governo e servidores cheguem a um acordo ainda nesta semana. Ela também defendeu o reajuste salarial, sem citar o ponto sobre recomposição ainda em 2024.

"Há técnicos que chegam a ganhar menos do que um salário mínimo", declarou. "Esperamos que ainda esta semana governo e sindicatos cheguem a uma solução negociada."

Márcia Abrahão frisou também que o montante anunciado pelo governo ainda está longe do necessário para o bom funcionamento das instituições.

Demandas

Ontem, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra) e o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) encaminharam ofícios ao senador Confúcio Moura, relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos quais apresentam suas demandas.

O Andes pede ao relator: "Retirar o impedimento de equiparação dos valores dos benefícios auxílio-alimentação ou refeição; auxílio creche e saúde suplementar, com os dos (as) demais servidores(as) dos Poderes Legislativo e Judiciário"; e "previsão dos valores que correspondem ao impacto orçamentário dos reajustes salariais de docentes, em negociação com o governo federal, para os anos de 2025 e 2026, nos montantes aproximados de R$ 4,3 bilhões no orçamento de 2025 e R$ 2,7 bilhões no orçamento de 2026".

A Fasubra explica que deflagrou greve nacional há quase 90 dias, "após negociações improdutivas". Entre as reivindicações, está a "recomposição salarial, no piso de referência, com os índices de pelo menos 4% em 2024 (inflação), 9% em 2025 e 9% em 2026".

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Presidente Lula anunciou os recursos em evento no Palácio do Planalto, com a participação de reitores

Investimentos anunciados

Veja os principais pontos

- O governo anunciou R$ 600 milhões para a construção dos 10 novos campi universitários. As cidades escolhidas são:
  - » São Gabriel da Cachoeira (AM)
  - » Rurópolis (PA)
  - » Cidade Ocidental (GO)
  - » Baturité (CE)
  - » Estância (SE)
  - » Jequié (BA)
  - » Sertânia (PE)
  - » Ipatinga (MG)
  - » São José do Rio Preto (SP)
  - » Caxias do Sul (RS)
- Serão repassados R$ 250 milhões, que se somam ao R$ 1,5 bilhão, destinado em agosto de 2023, para 31 hospitais universitários da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh):
  - » 2 hospitais no Centro-Oeste, com um investimento de R$ 66 milhões
  - » 14 no Nordeste, onde o repasse chegará a R$ 572 milhões
  - » 3 no Norte, onde serão investidos R$ 160 milhões
  - » 7 no Sudeste, onde o custo previsto é de R$ 550 milhões
  - » 5 no Sul, a R$ 385 milhões
- Melhorias em universidades
  - » 51 obras nas universidades da Região Norte, totalizando R$ 271 milhões
  - » 117 no Nordeste, com R$ 808 milhões investidos
  - » 76 no Sudeste, com R$ 815 milhões
  - » 58 no Sul, com R$ 322 milhões
  - » 35 no Centro-Oeste, com R$ 205 milhões
- O Programa Bolsa Permanência (PBP), destinado a estudantes de baixa renda, será ampliado em 5.600 novas vagas, por meio de um aporte de mais R$ 35 milhões, o que deixa o programa com um orçamento de R$ 233 milhões (um aumento de 135% em relação a 2022 e de quase 60% em relação a 2023)
- Para a educação profissional e tecnológica (EPT), foram anunciados investimentos de R$ 3,9 bilhões para a construção de 100 novas unidades e consolidação dos 685 atuais campi dos institutos federais (IFs).

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Pagina:** 2

Copyright © Clipclap 2025.